

**LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE
INFANTIL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

LIGA ALVÁRO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração sobre às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil
Salvador - BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil** (“Entidade” ou “LABCMI”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Diferença não conciliada nos saldos de prestadores de serviços carteira médica do Hospital Martagão Gesteira

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Entidade mantém registrado na rubrica “Prestadores de serviços”, no passivo circulante, o montante de R\$ 11.597.752 em 31 de dezembro de 2020. A administração da LABCMI está procedendo com as composições, análises e conciliações de parte do saldo desta conta, no montante de R\$ 9.371.084, referente a carteira médica da Entidade. Entretanto, esse trabalho não foi concluído até a emissão do nosso relatório de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos valores a pagar à prestadores de serviços carteira médica do HMG em 31 de dezembro de 2020, bem como nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo nessa data.

Ausência de revisão da vida útil e de teste de recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade mantém registrado na rubrica “Imobilizado” o valor líquido de R\$ 34.050.778, conforme Nota Explicativa nº 08 às demonstrações contábeis, referente a bens destinados à sua atividade operacional. Os Administradores da Entidade contrataram empresa especializada para realização de levantamento patrimonial, avaliação da sua vida útil e realização de procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (*impairment*), cujo objetivo é identificar e mensurar os bens do seu ativo imobilizado e regularizar os registros contábeis. Entretanto, a revisão da vida útil e o teste de recuperabilidade (*impairment*) de bens, não foi concluída até a presente data. Portanto, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos do ativo Imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por nós que emitimos relatório em 27 de maio de 2020 com ressalvas sobre essas demonstrações contábeis referentes à i) diferença não conciliada entre saldos de material consignado nos estoques e fornecedor consignado; ii) diferença não conciliada no saldo de fornecedores da Unidade Hospital Martagão Gesteira; iii) ausência de controle individual de bens do ativo imobilizado; e iv) ajustes de exercícios anteriores, além das ressalvas mantidas neste relatório. Os saldos de material consignado nos estoques, de fornecedor consignado e de fornecedores do HMG encontram-se conciliados, bem como foi concluído o levantamento patrimonial de bens para o período atual.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 09 de abril de 2021.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e 1º de janeiro de 2019

(Em Reais, centavos omitidos)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	43.101.277	27.735.087	Empréstimos e financiamentos	10	877.932	1.089.711
Contas a receber	4	19.728.844	30.633.657	Fornecedores	11	2.426.144	1.988.575
Créditos diversos	5	1.638.344	1.226.706	Prestadores de serviços	12	11.597.752	12.186.612
Estoques	6	6.900.340	3.009.593	Obrigações sociais e trabalhistas	13	22.858.755	18.644.370
Despesas antecipadas		55.595	24.874	Obrigações tributárias	14	947.976	885.103
		71.424.400	62.629.917	Convênios com o poder público	15	10.965.055	9.919.830
				Bens de terceiros	16	354.350	254.594
				Contrato de gestão	17	14.673.213	7.069.568
				Outras contas a pagar	18	2.182.154	1.924.545
						66.883.331	53.962.908
Não circulante				Não circulante			
Aplicações de Longo Prazo	3	9.799.814	12	Empréstimos e financiamentos	10	11.177.483	11.907.006
Depósitos e bloqueios Judiciais	7	719.211	686.919	Obrigações tributárias	14	1.800.287	1.798.935
Imobilizado	8	34.050.778	30.988.760	Provisão para riscos processuais	19	8.831.239	3.596.547
Intangível	9	1.448.838	1.454.590			21.809.009	17.302.488
		46.018.641	33.130.281	Patrimônio líquido	20		
				Patrimônio social		24.494.802	22.781.654
				Superávit do exercício		4.255.899	1.713.148
						28.750.701	24.494.802
Total do ativo		117.443.041	95.760.198	Total do passivo e do patrimônio líquido		117.443.041	95.760.198

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações do resultado

Exercícios em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, centavos omitidos)

	Nota explicativa	2020	2019
Receitas operacionais	21		
Receitas de serviços		175.990.827	174.802.863
		175.990.827	174.802.863
Custo dos serviços prestados	22		
Pessoal		(69.289.242)	(66.235.381)
Prestadores de serviços		(47.306.774)	(46.104.860)
Materiais e medicamentos		(39.013.905)	(31.911.202)
Gerais		(5.170.419)	(5.483.867)
Depreciação e amortização		(811.274)	(1.356.001)
		(161.591.614)	(151.091.311)
Superávit bruto		14.399.213	23.711.552
Receitas (despesas) operacionais	23		
Despesa com pessoal		(15.245.977)	(16.817.669)
Despesa com prestadores de serviço		(901.996)	(745.962)
Gerais e administrativas		(5.260.588)	(4.182.576)
Depreciação e amortização		(735.185)	(228.784)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23(a)	1.129.516	(2.586.531)
		(21.014.230)	(24.561.522)
(Deficit) Superavit líquido		(6.615.017)	(849.970)
Doações			
Doações em mercadorias		8.206.782	3.543.942
Doações monetárias		1.473.839	1.449.493
Campanha Sociais		2.366.327	2.540.650
		12.046.948	7.534.085
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		1.103.659	1.045.439
Despesas financeiras		(2.279.691)	(2.493.439)
		(1.176.032)	(1.448.000)
Superávit líquido do exercício		4.255.899	5.236.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	Nota Explicativa	2020	2019
(+) Superávit líquido do exercício		4.255.899	5.236.115
Outros resultados abrangentes			
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores		-	(3.522.967)
(=) Resultado abrangente total do exercício		<u>4.255.899</u>	<u>1.713.148</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais, centavos omitidos)

	Patrimônio Social			Total
	Fundo Patrimonial	Superávits acumulados	Superávit do exercício	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	963.038	21.818.616	-	22.781.654
Superávit líquido do exercício (nota 20b)	-	-	5.236.115	5.236.115
Incorporação ao Patrimônio Social	-	5.236.115	(5.236.115)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(3.522.967)	-	(3.522.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	963.038	23.531.764	-	24.494.802
Superávit líquido do exercício (nota 20b)	-	-	4.255.899	4.255.899
Incorporação ao Patrimônio Social	-	4.255.899	(4.255.899)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	963.038	27.787.663	-	28.750.701

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	4.255.899	5.236.115
Ajustes		
Depreciação e amortização	1.546.459	1.584.785
Valor residual líquido do ativo imobilizado - baixado	(164)	24.632
Valor residual do ativo intangível - baixado	-	21.506
Provisões (Reversões) para créditos de liquidação duvidosa	(1.202.161)	2.303.813
Provisões (Reversões) para perdas em processos judiciais	5.402.527	1.265.573
Provisões (Reversões) depósitos judiciais	(40.635)	-
Juros sobre empréstimos	1.616.778	2.114.429
Ajustes de exercícios anteriores	-	(3.522.967)
	11.578.703	9.027.886
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas à receber	12.106.974	8.583.999
Estoques	(3.890.747)	(452.280)
Bloqueios judiciais	8.343	(176.799)
Outros créditos	(442.359)	609.066
Fornecedores e prestadores de serviços	(151.291)	(2.251.474)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.214.385	804.130
Obrigações tributárias	64.225	(175.960)
Convênios com o poder público	1.045.225	251.943
Contrato de Gestão	7.603.645	1.356.892
Provisão para contingências - acordos	(167.835)	-
Outros passivos	357.365	1.409.574
Caixa líquido das atividades operacionais	32.326.633	18.986.977
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações de Longo Prazo	(9.799.802)	-
Aquisição do Imobilizado	(4.602.477)	(6.703.827)
Aquisição do Intangível	(84)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(14.402.363)	(6.703.827)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de novos empréstimos	12.600.000	3.000.000
Amortização de empréstimos	(13.541.302)	(2.595.582)
Juros pago de empréstimos	(1.616.778)	(1.985.435)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(2.558.080)	(1.581.017)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	15.366.190	10.702.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.735.087	17.032.954
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.101.277	27.735.087
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	15.366.190	10.702.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (“Entidade”) é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública e caráter beneficente, proprietária e mantenedora do Hospital Martagão Gesteira e de 04 (quatro) outras filiais: Novo Mundo, Instituto de Ensino da Saúde e Gestão (IESG), SOKIDS e LABCMi Gestão Hospitalar. Constituída em 17 de junho de 1923, sediada na Rua José Duarte, nº 114, Tororó, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo como objetivo a gestão de unidade de saúde própria ou de terceiros, a prevenção de enfermidades, a promoção e a assistência integral da saúde da mãe e da criança, mediante ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, ciência e cultura, no Hospital Martagão Gesteira e em outros locais, estabelecimentos ou unidades, próprios ou de terceiros.

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil para cumprir com seus objetivos deverá:

- (a) Executar ações de prevenção de enfermidades e promoção da saúde da mãe e da criança no contexto familiar, nos âmbitos médico e social;
- (b) Prestar assistência médica e hospitalar integral à saúde da mãe e da criança, com acompanhamento multidisciplinar, extensível aos doadores de órgãos, nos casos de transplantes;
- (c) Promover e participar efetivamente, com todos os meios ao seu alcance, de ações que visem à redução da mortalidade e morbidade materna e infantil;
- (d) Divulgar, mediante publicações próprias ou de terceiros, pela mídia em geral e por outros meios disponíveis, os ensinamentos de pediatria e puericultura, bem como as ações necessárias à preservação da saúde da criança no contexto familiar;
- (e) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, visando à execução de medidas de proteção à saúde da criança e de combate à mortalidade e morbidade materna e infantil, inclusive mediante ações de mediação e assessoramento;
- (f) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, a fim de obter doações, auxílios, subvenções e convênios, visando sempre à manutenção e ampliação das suas atividades, com melhoria dos recursos físicos e humanos, criação de novos serviços e modernização dos já existentes;
- (g) Fazer funcionar e administrar, em instalações próprias ou de terceiros, estabelecimentos ambulatoriais e hospitalares equipados para a prevenção e tratamento das enfermidades gestacionais e pediátricas, clínicas e cirúrgicas, para tratamento de defeitos e más-formações, congênicas ou adquiridas, bem como para prática e divulgação da puericultura;

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, centavos omitidos)

- (h) Desenvolver ensino e pesquisa, atividades didáticas e científicas, inclusive mediante cursos, palestras, simpósios, conferências e instituição de bolsas de estudo, visando ao aperfeiçoamento, especialização e qualificação de profissionais de saúde que atuem no cuidado à mãe e à criança ou de profissionais de administração médica e hospitalar;
- (i) Celebrar convênios, consórcios e outros contratos com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, bem como estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, inclusive para prestar e receber assessoria visando à expansão e melhoria do cuidado à mãe e à criança no âmbito familiar;
- (j) Promover e realizar ações comunitárias, artísticas, culturais ou desportivas, relacionadas a seus objetivos ou com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim;
- (k) Desenvolver, licenciar, distribuir ou vender produtos, bem como prestar serviços de qualquer natureza (a exemplo de lavanderia, estacionamento, atividades de bar e restaurante), sempre com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim;
- (l) Preservar a história, a memória e a missão dos seus fundadores.

A Entidade, por meio do Hospital Martagão Gesteira, prestou 100% do seu atendimento assistencial ao usuário SUS.

Em 04 de dezembro de 2019, a Entidade renovou com o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, o contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual da Criança (“HEC”) no município de Feira de Santana. O contrato possui vigência de 60 meses com valor mensal de R\$ 8.438.812.

Em 14 de novembro de 2019, foi assinado o 2º Termo aditivo ao contrato nº 126/2016 firmado entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB e a Liga Álvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil. O objeto contratado refere-se à prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a serem executados no Centro de Referência Estadual de Transtornos do Espectro Autista (“CRETEA”). O valor mensal estimado é de R\$ 303.889. A vigência é de 12 meses.

A Entidade é certificada com o CEBAS (Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social), através da Portaria Nº 1.021 de 29 de agosto de 2019, que regula os procedimentos de isenção previdenciária. O benefício se aplica igualmente para os impostos e contribuições Federal, Estadual e Municipal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Entidade, concedido pela portaria de nº 1.021 e expedido em de 29 de agosto de 2019, possuía vigência de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020. A Entidade pleiteou, tempestivamente, a renovação do CEBAS em 19 de novembro de 2020, cuja análise e diferimento ainda não foi concluído. A Entidade encontra-se alcançada pelo disposto no §2º, do art. 24, da Lei 12.101/2009, que estabelece que “§ 2º - a certificação da Entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

1.1. Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos no enfrentamento a pandemia que como fechamento ou restrição de atividades e reforçando o apoio as atividades de saúde.

Em 22 de abril de 2020 foi publicado a Lei nº 13.992 que isentava as instituições de saúde do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas nos contratos com o SUS por 120 dias. Em 23 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.061 prorrogando os efeitos suspensivos das metas qualitativas e quantitativas nos contratos com o SUS.

O Governo Federal também destinou recursos financeiros específicos para as entidades filantrópicas por meio das portarias nº 1.393 de 21 de maio de 2020, e nº 1.448 de 29 de maio de 2020, contemplando o Hospital Martagão Gesteira com R\$1.928.873 e R\$3.318.613, respectivamente. Estes valores foram repassados ao Hospital Martagão Gesteira por meio do Convênio 092020 com a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador no valor total de R\$5.247.487, com a finalidade de operacionalizar os leitos COVID na Unidade.

A pandemia provocou uma escassez de materiais médicos no mercado relacionados ao combate a COVID e o aumento expressivo dos preços dos insumos hospitalares, em especial os EPI's e medicamentos por conta da sua necessidade e urgência. Também foram afetados os custos com contratação de pessoal que atua na pandemia devido ao afastamento por infecção pelo Corona vírus.

Em função da Pandemia, foi necessário a suspensão dos serviços voluntários prestados pela Sociedade Civil devido ao risco de contaminação. O volume de doações pela Sociedade Civil e empresas dos medicamentos, materiais médicos e gêneros alimentícios tiveram um aumento significativo no ano de 2020 com foco no apoio ao combate a pandemia.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as orientações específicas determinadas na norma ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros e as orientações específicas determinadas pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e determinações especiais oriundas do Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Entidade em 09 de abril de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- **Nota Explicativa nº 04:** Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota Explicativa nº 08 e 09:** Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, respectivamente;
- **Nota Explicativa nº 13:** Mensuração de provisões para rescisões trabalhistas relacionadas aos Contratos de Gestão; e
- **Nota Explicativa nº 19:** Mensuração de provisões para riscos em perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

No entendimento da administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.5. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São recursos financeiros que possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado processados obedecendo aos critérios do regime de competência, refletindo assim a real situação econômico-financeira e patrimonial da Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, centavos omitidos)

Todas as aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, deduzidas por perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação dos gestores responsáveis para sua destinação ou utilização.

2.7. Contas à Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade, reconhecido através do regime de competência. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.8. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Estoques

É composto de medicamentos e materiais hospitalares. Seus registros são efetuados na data do fato contábil pelo valor histórico. A apuração do custo se dá pelo critério de custo médio ponderado.

2.10. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de suas correspondentes depreciações acumuladas e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995. Está representado pelo valor de custo e deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear cujas taxas aplicadas variam de 5 a 25% a.a., e leva em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

2.11. Intangível

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e deduzido da amortização. A amortização é calculada pelo método linear, cuja taxa aplicada é de 20% a.a., segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira; Aquisição de carteira de clientes: não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em despesas financeiras, no resultado do período apropriado.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.15. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.16. Apuração do resultado

O sistema de resultado reconhece as receitas, os custos e as despesas apropriados de acordo com o regime de competência, adotando critérios adequados aos Princípios Contábeis; Estatuto Social, Lei nº 11.638/07; e, Normas Fiscais e Tributárias.

Receitas do segmento de saúde e contratos de gestão

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade.

Conforme o CPC - 47 (IFRS - 15) Receita de contrato com cliente, a Entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a Entidade satisfizer às obrigações de performance.

As unidades de negócio (HEC e Novo Mundo) operam através de Contrato de Gestão, portanto não geram resultado para a Entidade. Desta forma o superavit ou déficit destes contratos são apresentados temporariamente em contas do passivo ou ativo circulante respectivamente no grupo de contas de Contrato de gestão.

Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05/11/2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

2.17. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV):

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, centavos omitidos)**

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

2.18. Demonstrações do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

2.19. Adoção inicial das normas novas e revisadas e normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2020

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

- **Alterações ao CPC 15 (R1):** Definição de negócio- visa ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.
- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8:** Definição de omissão material - A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade:

- **Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2)** - Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.
- **Alterações no CPC 25** - Especificação de quais custos deve ser incluído ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.
- **Alterações no CPC 27 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** - Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** - As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

- **IFRS 17 Contratos de Seguros** - Tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias, de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Recursos sem restrição:		
Caixa e bancos contas movimento	694.830	411.494
Aplicações financeiras	38.720.497	22.504.275
	<u>39.415.327</u>	<u>22.915.769</u>
Recursos com restrição:		
Caixa e bancos contas movimento	57.121	3.022.464
Aplicações financeiras	3.628.829	1.796.854
	<u>3.685.950</u>	<u>4.819.318</u>
	<u>43.101.277</u>	<u>27.735.087</u>

Aplicações financeira - não circulante

	2020	2019
Recursos com restrição:		
Aplicações financeiras - XP	9.799.802	-
Unicred	12	12
	<u>9.799.814</u>	<u>12</u>

Em 2020, diante de um cenário de rentabilidade baixa nos títulos de renda fixa a Entidade resolveu diversificar seus investimentos com títulos de longo prazo, porém com liquidez imediata.

Os recursos aplicados são oriundos de provisões para passivos rescisórios e resultados de contratos encerrados, sem expectativa de utilização do recurso no curto prazo e tendo como política a concentração em títulos públicos e Debêntures de grandes empresas, observando os limites do fundo garantidor de crédito.

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Prazo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2020</u>
XP - CDB SEMEAR	set/23	6,40% a.a.	203.526
XP - CDB BANCO PAN S.A.	set/25	8,65%a.a.	163.742
XP - LTN	jan/24	5,81%a.a.	1.407.648
XP - NTN F	jan/27	6,70%a.a.	1.412.186
XP - CDB BMG	set/25	IPCA + 3,95%a.a.	166.433
XP - CDB AGIBANK	set/25	IPCA + 3,95%a.a.	166.448
XP - CRA RAIZEN	jun/30	IPCA + 3,85%a.a.	700.565
XP - CRA KLABIN	jun/29	IPCA + 3,75%a.a.	1.358.684
XP - DEB PETROLEO BRASILEIRO	set/34	IPCA + 4,10% a.a.	1.427.591
XP - DEB ETB ALUPAR	fev/29	IPCA + 4,05%a.a.	717.862
XP - NTN B	mai/35	IPCA + 3,47%a.a.	1.202.285
XP - TREND DI SIMPLES FIRF	Imediata	100% - CDI	10.457
XP - DEB ENEVA S.A.	jun/30	IPCA + 3,55%a.a.	693.684
XP - CDB BS2	out/25	9,45%a.a.	115.043
XP - LFT	mar/23	LFT + 0,14%a.a.	53.647
			<u>9.799.802</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

4. Contas a receber

São valores recebíveis ou recuperáveis que quando da sua realização irão compor os saldos do caixa e seus equivalentes. Os saldos desta conta estão demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SESAB - contrato de gestão HEC	9.163.103	13.635.381
SMS - Pré Fixado	2.226.053	2.349.908
SMS - Pós Fixado	3.561.914	1.373.324
SESAB - HEC (parcelamento) (a)	1.111.110	2.222.222
SESAB - Leitos de UTI Neonatal	1.192.320	1.389.705
SESAB - Cardiologia	1.016.802	2.389.066
SESAB - UTD/PAVD	948.332	3.967.716
SESAB - Leitos de Retaguarda	908.800	1.160.766
SESAB - contrato de gestão CRETEA	303.889	3.038.894
Convênios Diversos	610.238	1.342.678
SESAB - Neuropediatria	34.209	362.538
SESAB - CIDOHTT	5.010	-
SESAB - Transplante TMO	1.460	-
Extra teto HEC	-	326.688
Outros clientes	-	4.128
	<u>21.083.240</u>	<u>33.563.014</u>
(-) Créditos não Identificados	-	(372.800)
(-) PECLD (b)	(1.354.396)	(2.556.557)
	<u>19.728.844</u>	<u>30.633.657</u>

(a) Valor residual a receber decorrente do parcelamento do contrato gestão do Hospital Estadual da Criança (HEC), finalizado em 04 de dezembro de 2019 em 4 (quatro) parcelas. Tendo em vista a inadimplência desse recebível, o valor foi provisionado como crédito de liquidação duvidosa em 2019. Em 2020, houve o recebimento do valor correspondente a duas parcelas no montante de R\$ 1.111.112.

(b) A administração avalia a capacidade de realização dos títulos em aberto e registra as perdas quando não há mais expectativa de realização. Em 2020, foi realizada a reversão da provisão correspondente ao valor recebido do parcelamento HEC/SESAB, anteriormente provisionado.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>2020</u>	<u>%</u>	<u>2019</u>	<u>%</u>
A vencer	17.919.475	85%	5.655.333	17%
Vencidos de 1 a 30 dias	806.569	4%	890.306	3%
Vencidos de 31 a 60 dias	555.682	3%	9.038.954	27%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.446	0%	11.461.777	34%
Vencidos de 91 a 120 dias	2.652	0%	1.865.988	6%
Vencidos de 121 a 180 dias	440.000	2%	1.031.806	3%
Vencidos de 181 a 360 dias	3.020	0%	844.841	2%
Vencidos a mais de 361 dias	1.354.396	6%	2.774.009	8%
	<u>21.083.240</u>	<u>100%</u>	<u>33.563.014</u>	<u>100%</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

Movimentação da PECLD

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos iniciais em 1º de janeiro	(2.556.557)	(252.744)
(+) Provisão (a)	-	(2.303.813)
(-) Reversões (b)	1.202.161	-
Saldos finais em 31 de dezembro	<u>(1.354.396)</u>	<u>(2.556.557)</u>

- (a) Refere-se substancialmente a estimativa de perda relacionada ao encerramento do contrato de gestão do HEC com a realização de um novo contrato a partir de dezembro de 2019;
- (b) Refere-se a valores recebidos de títulos que já haviam sido constituídas provisões para perda em anos anteriores.

5. Créditos diversos

Correspondem aos valores antecipados para pagamento de férias, rescisões, fornecedores diversos, e impostos retidos indevidamente sobre recebimentos e aplicações financeiras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a funcionários		
Adiantamento de férias	438.812	358.521
Adiantamento de Rescisões	6.633	-
	<u>445.445</u>	<u>358.521</u>
Adiantamento a terceiros		
Adiantamento a fornecedores (a)	570.544	274.148
	<u>570.544</u>	<u>274.148</u>
Outros		
Impostos a recuperar (b)	603.740	574.498
Outras contas a receber (c)	18.615	19.539
	<u>622.355</u>	<u>594.037</u>
	<u>1.638.344</u>	<u>1.226.706</u>

- (a) O crescimento dos adiantamentos foi devido, principalmente, aos contratos das obras do Projeto de Combate a Incêndio do Hospital Martagão Gesteira.
- (b) Valores referente a retenções na fonte de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras. Em 2020 a Entidade obteve sentença favorável sobre abrangência da imunidade sobre rendimentos financeiros que estão em processo de recuperação.
- (c) Referem-se a valores retidos de fornecedores pagos por antecipação para compensação no momento de provisionamento do pagamento.

6. Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo médio ponderado. Os saldos desta conta estão demonstrados a seguir:

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicação Direta		
Drogas e medicamentos	2.946.977	990.601
Material médico	2.328.326	573.931
Material consignado	299.500	665.304
OPME	147.332	57.779
Gases medicinais	43.044	2.830
Nutrição enteral	43.418	51.877
Material odontológico	200	78
Material de laboratório	69.570	2.108
Material descartável SND	33.535	32.915
	<u>5.911.902</u>	<u>2.377.423</u>
Aplicação Indireta		
Gêneros Alimentícios	157.692	33.729
Material de Manutenção Predial	129.395	52.600
Material de Manutenção Hospitalar	89.006	118.559
Acessórios de Engenharia Clínica	113.362	34.909
Material de Expediente	64.850	63.206
Material de Informática	17.105	19.713
Material de Cozinha	13.724	58.673
Material de Limpeza	162.840	68.731
Material de Lavanderia	812	24.306
Produtos Sociais	74.342	115.188
Outros	165.310	42.556
	<u>988.438</u>	<u>632.170</u>
	<u><u>6.900.340</u></u>	<u><u>3.009.593</u></u>

Em função da COVID-19 houve um acréscimo nos saldos de medicamentos em função de recebimento de doações judiciais no final do ano e materiais médicos devido ao aumento dos preços de mercado e da necessidade de consumo no combate ao vírus.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, centavos omitidos)

7. Depósitos e bloqueios judiciais

Nesse grupo de contas, são registrados os processos judiciais com recursos bloqueados em contas bancárias da Entidade e valores de depósito recursal os quais relacionamos a seguir:

	<u>Depósito recursal</u>	<u>Bloqueio judicial</u>	<u>Depósitos Acordos TRT5</u>	<u>Depósitos Acordos TRT5 Reserva (a)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	258.699	126.303	125.118	-	510.120
Transferências de saldos	-49.379	-	-54.908	104.287	-
Movimentação de depósitos recursais	-	-	176.799	-	176.799
Saldos em 31 de dezembro de 2019	209.320	126.303	247.009	104.287	686.919
Transferências de saldos			-10.000	10.000	-
Pagamento/Baixa de processos	-6.025	-126.303	-78.690	2.373	-208.645
Novos Bloqueios/Depósitos	24	1.123	190.000		191.147
Atualização Monetária/ Juros	44.265		5.525		49.790
Saldos em 31 de dezembro de 2020	247.584	1.123	353.844	116.660	719.211

- (a) Em março de 2016 a Entidade aderiu ao procedimento global de acordo da Junta de Conciliação 2 - JC2 do Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região. Este acordo estabelece depósitos mensais em conta específica do TRT5-JC2 para pagamento de acordos firmados na justiça do trabalho que ficam sob a gestão do TRT5-JC2. Os acordos foram classificados em três grupos em função do valor de cada processo. Os valores acumulados na rubrica “Depósitos TRT5 Reserva”, correspondem ao saldo acumulado destes depósitos para os processos não aderentes ao acordo.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

8. Imobilizado

	Taxa	2020	2019
Imobilizado - Entidade			
Edificações	5%	11.620.975	16.564.297
Terrenos (a)	-	12.809.993	7.727.497
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	7.728.099	12.635.187
Máquinas e equipamentos	10%	3.114.967	2.795.754
Móveis e utensílios	20%	1.303.332	1.744.558
Computadores e periféricos	20%	728.223	1.324.730
Instalações	5%	424.500	-
Veículos	20%	374.828	280.599
Veículo capacidade acima de 10 passageiros	25%	229.000	265.100
Veículo HMG/SESAB	25%	194.227	-
Obras em andamento	-	197.376	823.659
Bens a incorporar (b)	-	500.000	-
		39.225.520	44.161.381
Imobilizado - Convênio			
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	5.412.470	-
Móveis e utensílios	10%	576.555	-
Computadores e periféricos	10%	633.257	-
Máquinas e equipamentos	10%	2.057.387	-
Obras em andamento	-	959.933	-
		9.639.602	-
Bens Cessão de Uso - HEC			
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	-	388.056
Móveis e utensílios	20%	-	38.340
		-	426.396
Bens Cessão de Uso - GACC			
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	41.922	30.070
		41.922	30.070
Bens Cessão de Uso - CRETEA			
Bens de Terceiros - CRETEA	10%	137.597	-
Computadores e periféricos CRETEA	10%	33.994	-
Móveis e utensílios CRETEA	10%	1.560	-
Máquinas e equipamentos	10%	10.606	3.660
		183.757	3.660
Depreciação Acumulada			
Imobilizado - Entidade	10%	(15.040.023)	(13.632.747)
		34.050.778	30.988.760

(a) Em 19 de maio de 2019, a administração da Entidade adquiriu terreno com metragem de 3.623 m² no município de Lauro de Freitas, estado da Bahia, por meio de instrumento de compra e venda no montante de R\$ 3.623.000, cujo objetivo é de ampliação da Unidade da SOKIDS. O terreno original tem uma metragem total de 4.450 m² e está sendo desmembrado para emissão da escritura.

(b) Em julho de 2020, a Entidade iniciou o processo de aquisição de uma casa na Rua José Duarte, nº 365, Tororó, Salvador-Bahia, ao lado do Hospital Martagão Gesteira, com objetivo de ampliação da estrutura administrativa do Hospital. A Entidade está aguardando os protocolos finais de formalização da escritura do imóvel para incorporação ao seu imobilizado.

A administração da Entidade contratou empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da sua vida útil, com o objetivo de identificar, mensurar e regularizar os bens do seu ativo imobilizado. Os trabalhos de reestruturação desses controles e a avaliação da recuperabilidade desses bens, bem como a revisão da vida útil remanescente, poderão gerar ajustes futuros nas demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

A movimentação do ativo imobilizado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições (+)	Baixas (-)	Transferência (+/-)	Ajuste (+/-) (a)	Saldo em 31/12/2020
Edificações	16.564.297	-	-	-	(4.943.323)	11.620.974
Terrenos	7.727.497	-	-	-	5.082.495	12.809.992
Aparelhos e equipamentos hospitalares	13.053.313	1.413.898	(11.572)	-	(1.273.148)	13.182.491
Máquinas e equipamentos	2.799.414	993.804	(11.427)	70.000	1.331.169	5.182.960
Computadores e periféricos	1.324.730	255.438	(1.116)	-	(183.578)	1.395.474
Móveis e utensílios	1.782.898	154.728	(35.331)	8.950	(29.797)	1.881.448
Instalações	-	87.062	-	337.438	-	424.500
Veículos	545.699	276.786	-	-	(24.430)	798.055
Obras em andamento	823.659	783.165	-	(416.388)	(33.127)	1.157.309
Bens a incorporar	-	500.000	-	-	-	500.000
Bens de terceiros	-	137.597	-	-	-	137.597
	44.621.507	4.602.477	(59.445)	-	(73.739)	49.090.800
Depreciação acumulada	(13.632.747)	(1.540.623)	59.445	-	73.903	(15.040.022)
Total do Imobilizado Líquido	30.988.760	3.061.854	-	-	164	34.050.778

	Saldo em 31/12/2018	Adições (+)	Baixas (-)	Transferência (+/-)	Ajuste (+/-) (a)	Saldo em 31/12/2019
Edificações	11.468.226	-	-	5.096.071	-	16.564.297
Terrenos	4.104.497	3.623.000	-	-	-	7.727.497
Aparelhos e equipamentos hospitalares	11.440.551	1.020.655	-	-	592.107	13.053.313
Computadores e periféricos	1.194.540	93.504	(24.720)	-	61.406	1.324.730
Móveis e utensílios	1.695.880	66.601	(852)	5.658	15.611	1.782.898
Máquinas e equipamentos	2.150.414	617.219	-	-	31.781	2.799.414
Instalações	1.936.601	-	-	(1.936.601)	-	-
Veículos	545.699	-	-	-	-	545.699
Imóveis	270.000	-	-	(270.000)	-	-
Obras em andamento	2.905.350	807.779	-	(2.889.470)	-	823.659
Bens a incorporar	118.185	-	-	(5.658)	(112.527)	-
	37.829.943	6.228.758	(25.572)	-	588.378	44.621.507
Depreciação acumulada	(11.941.429)	(1.578.949)	940	-	(113.309)	(13.632.747)
Total do Imobilizado Líquido	25.888.514	4.649.809	(24.632)	-	475.069	30.988.760

(a) Refere-se a ajustes decorrentes do relatório de inventário realizado pela empresa ABDM Consultoria e Avaliação Ltda.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

9. Intangível

Refere-se a valores de aquisição de software deduzido das amortizações ocorridas ao longo do período.

	Taxa	2020	2019
Custo de aquisição			
SOKIDS (a)		1.440.000	1.440.000
Software	20%	274.302	274.217
RM	20%	29.180	29.180
Marcas/Direitos e Patentes	20%	912	912
		1.744.393	1.744.309
Amortização Acumulada		(295.555)	(289.719)
		1.448.838	1.454.590

- (a) A Entidade adquiriu a carteira de clientes da SOKIDS. A administração avaliou este ativo intangível como sendo de vida útil indefinida, e concluiu não haver indícios para registro contábil de redução a valor recuperável.

A seguir movimentação do ativo intangível referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Ajuste (a)	Saldo em 31/12/2020
Marcas e Patentes	912	-	-	-	912
Software	274.217	84	-	-	274.301
Licença	29.180	-	-	-	29.180
Fundo de Comércio	1.440.000	-	-	-	1.440.000
	1.744.309	-	-	-	1.744.393
Amortização acumulada	(289.719)	(5.836)	-	-	(295.555)
Saldo líquido	1.454.590	(5.836)	-	-	1.448.838

Em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Ajuste (a)	Saldo em 31/12/2019
Marcas e Patentes	912	-	-	-	912
Software	295.723	-	-	(21.506)	274.217
Licença	29.180	-	-	-	29.180
Fundo de Comércio	1.440.000	-	-	-	1.440.000
	1.765.815	-	-	(21.506)	1.744.309
Amortização acumulada	(283.883)	(5.836)	-	-	(289.719)
Saldo líquido	1.481.932	(5.836)	-	(21.506)	1.454.590

- (a) Refere-se a estorno de lançamento indevido de custo com manutenção anual de acesso ao banco de dados registrado indevidamente como Software no ativo intangível.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

10. Empréstimos e financiamentos

As operações de captação de empréstimos e financiamentos tem por objetivo a sustentação do capital de giro, a manutenção ou ampliação de recursos tecnológicos e de equipamentos, necessários para manutenção das atividades da Entidade.

Os saldos apresentados estão atualizados pelo montante devido até a data do balanço patrimonial.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa Econômica Federal (a) e (b)	12.055.415	9.927.992
Banco Santander (c)	-	3.068.725
	<u>12.055.415</u>	<u>12.996.717</u>
Circulante	877.932	1.089.711
Não circulante	11.177.483	11.907.006

Em 10 de abril de 2020, a administração da Entidade firmou contrato de empréstimo de nº 0541875-39 com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 12.600.000 com objetivo de reestruturação de dívidas junto a própria instituição financeira e o Banco Santander. A dívida foi negociada em 120 parcelas sem carência e prazo de vencimento para 10 de abril de 2030. Taxa de juros de 8,66%a.a.+TR e taxa de risco de crédito de 3,0%a.a. Esta operação liquidou as operações abaixo:

- Contrato de empréstimo de nº 03.2218.610.0000015.13 com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 9.900.000, firmado em outubro de 2018. O empréstimo foi negociado em 114 parcelas com 6 meses de carência e prazo de vencimento para 25 de setembro de 2028. Taxa de juros de 19,00% a.a.; e
- Contrato de empréstimo de nº 300000013770 com o Banco Santander no montante de R\$ 3.000.000 com o objetivo de compra de terreno para ampliação das atividades da unidade da SOKIDS, firmado em junho de 2019. O empréstimo foi negociado em 69 parcelas mensais com prazo de vencimento para 15 de julho de 2025. Taxa de juros de 14,71% a.a.

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos empréstimos e financiamentos bancários referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	Empréstimos	Juros a incorrer	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.933.582	(11.470.277)	12.463.305
Adição	3.000.000	-	3.000.000
Provisão de juros	1.573.086	(1.573.086)	-
Baixa	(2.595.582)	2.114.429	(481.153)
Juros pagos	(1.985.435)	-	(1.985.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.925.651	(10.928.934)	12.996.717
Adição	12.600.000	-	12.600.000
Baixa	(13.541.302)	-	(13.541.302)
Provisão de juros	(1.822.779)	1.822.779	-
Juros pagos	(1.616.778)	1.616.778	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.544.792	(7.489.377)	12.055.415

Cronograma de vencimento da dívida - Não circulante

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Saldo
2022	957.052
2023	1.043.303
2024	1.137.327
2025	1.239.824
2026 em diante	6.799.977
	<u>11.177.483</u>

11. Fornecedores

Os fornecedores de mercadorias representam as aquisições de materiais de consumo em geral e produtos hospitalares que são utilizados pela Entidade e estão registrados pelo seu custo de aquisição.

	2020	2019
Unidades Próprias		
Hospital Martagão Gesteira - HMG	1.315.533	1.329.854
Clínica SOKIDS	39.803	65.890
	<u>1.355.336</u>	<u>1.395.744</u>
Contratos de Gestão		
Hospital Estadual da Criança - HEC	1.068.957	592.831
CRETEA	1.851	-
	<u>1.070.808</u>	<u>592.831</u>
	<u>2.426.144</u>	<u>1.988.575</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

12. Prestadores de serviços

Este grupo é composto por valores em aberto de prestadores de serviços médicos e gerais, bem como a provisão dos honorários médicos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Consolidado		
Carteira médica (a)	9.371.084	10.149.209
Serviços médicos (b)	386.539	223.827
Serviços gerais (c)	1.840.129	1.813.576
	<u><u>11.597.752</u></u>	<u><u>12.186.612</u></u>

(a) Corresponde ao reconhecimento da produção médica por regime de competência.

(b) Refere-se a conversão do provisionamento da carteira médica em obrigações a pagar através da emissão de notas fiscais dos prestadores de serviços médicos.

(c) Abrange todos os demais prestadores de serviços que não estão ligados a produção médica.

A seguir apresentamos os saldos por Unidade:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Carteira médica		
Unidades Próprias/Contrato de gestão		
Hospital Martagão Gesteira - HMG	2.842.168	2.385.113
Clínica SOKIDS	52.400	122.250
Hospital Estadual da Criança - HEC	6.476.516	7.641.846
	<u><u>9.371.084</u></u>	<u><u>10.149.209</u></u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços Médicos		
Unidades Próprias/Contrato de gestão		
Hospital Martagão Gesteira - HMG	-	12.763
Clínica SOKIDS	-	-
Hospital Estadual da Criança - HEC (a)	386.536	211.064
	<u><u>386.536</u></u>	<u><u>223.827</u></u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços Gerais		
Unidades Próprias/Contrato de gestão		
Hospital Martagão Gesteira - HMG	585.746	757.832
Clínica SOKIDS	5.639	4.058
Hospital Estadual da Criança - HEC (a)	1.245.257	1.044.670
CRETEA (contrato)	3.487	7.016
	<u><u>1.840.129</u></u>	<u><u>1.813.576</u></u>

13. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas incluem os valores relacionados a folha de pagamento e provisões dos encargos sociais e indenizatórios dos contratos de gestão.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão contrato de gestão (a)	10.683.689	6.712.375
Provisão de férias + 1/3	6.514.839	6.291.697
Salários e ordenados a pagar	3.935.482	4.032.096
FGTS a recolher	662.322	651.678
Provisão FGTS s/ férias	523.074	502.810
INSS retido s/folha a recolher	485.562	409.611
Mensalidades e contribuições sindicais	2.303	37.739
Indenização/rescisão trabalhista a pagar	51.484	6.364
	<u><u>22.858.755</u></u>	<u><u>18.644.370</u></u>

(a) Corresponde aos recursos reservados para quitação dos passivos rescisórios dos funcionários ligados aos contratos de gestão ao final do vínculo empregatício.

14. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias correspondem aos impostos e contribuições de terceiros que são retidos na fonte, bem como os parcelamentos tributários ativos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRRF s/ Folha - 0561	339.089	371.345
Pis/Cofins/Csll	141.737	134.933
ISS retido a recolher	54.089	48.402
IRRF PJ - 1708	46.673	35.960
INSS PJ retido a recolher	2.083	4.296
IRRF aluguéis 3208	2.008	2.000
IRRF PF - 0588	-	425
IRRF Coop - 3280	-	1.777
PIS a recolher- 5979	-	274
COFINS a recolher- 5960	16	1.263
INSS PF retido a recolher	-	360
	<u>585.695</u>	<u>601.035</u>
Parcelamentos Tributários		
FGTS - GRDE (a)	1.005.556	1.063.789
IRRF - 3280 (b)	220.737	253.764
CSRF - 5952 (b)	564.346	648.782
RFB Lei 11.941/09 (c)	69.535	87.893
PGFN - 1734 2012 (d)	284.898	6.957
PIS folha 8301 2011-13 (e)	17.496	17.495
RFB 180507.20400.2014-19	-	4.323
	<u>2.162.568</u>	<u>2.083.003</u>
	<u><u>2.748.263</u></u>	<u><u>2.684.038</u></u>
Circulante	947.976	885.103
Não circulante	1.800.287	1.798.935

(a) Refere-se ao parcelamento de FGTS não depositado de períodos anteriores a 2010, dividido em dois parcelamentos, sendo o primeiro sob o número 2008001783 com prazo final em 28/07/2025 (restando 55 parcelas), e o segundo sob número 2008001786 com prazo final em 30/09/2027 (restando 81 parcelas);

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

- (b) Refere-se ao parcelamento do imposto de renda (“IR”) e da contribuição social (“CS”) em aberto do período de 1999 a 2007, sobre os valores retidos de cooperativas e pessoa física. Foram parcelados os montantes de R\$ 275.751 e R\$ 694.001 para IR e CS, respectivamente, em 240 parcelas cada, restando em aberto 81 parcelas;
- (c) Refere-se a parcelamentos tributários no âmbito da Lei nº 11.941/09 de dívidas anteriores ao ano de 2009 em 180 parcelas, restando pendente 46 parcelas;
- (d) Refere-se a parcelamentos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional de dívidas não previdenciárias, restando 52 parcelas;
- (e) Refere-se ao saldo do parcelamento de PIS sobre folha de pagamento que foi suspenso, conforme decisão da 12ª Vara Federal nº 28243-89.2014.4.01.3300, em 25 de agosto de 2014. Os recolhimentos foram efetuados até agosto de 2014. Restando pendente, desde a suspensão, 19 parcelas.

15. Convênios com o poder público

Neste grupo foram incluídos os recursos de convênios firmados com a Entidade e contemplam os valores disponíveis em caixa para execução e bens adquiridos com os recursos de convênios e que serão apropriados ao resultado pelo regime de competência juntamente com a sua depreciação.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valores disponíveis em caixa para execução	3.653.391	2.260.737
Bens adquiridos com recursos de convênios (a)	7.311.664	7.656.093
	<u>10.965.055</u>	<u>9.916.830</u>

(a) Detalhamento de bens adquiridos com recursos de convênios

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aparelhos e Equipamentos Hospitalar	4.086.533	3.526.886
Computadores e Periféricos	194.275	92.382
Máquinas e Equipamentos	1.715.375	1.473.081
Móveis e Utensílios	355.547	105.140
Obras em Andamento	959.933	2.461.602
	<u>7.311.664</u>	<u>7.659.092</u>

16. Bens de terceiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cessão de uso do HEC - SESAB (a)	-	238.071
Bens em comodato - GACC	22.525	16.523
Bens em comodato (b)	137.597	-
Cessão de uso SESAB (c)	194.227	-
	<u>354.350</u>	<u>254.594</u>

- (a) Os valores foram baixados por serem controlados diretamente pela SESAB.
- (b) Referem-se a bens cedidos pela SESAB para utilização no CRETEA.
- (c) Refere-se a uma ambulância cedida pela SESAB para utilização no Hospital Martagão Gesteira.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

17. Contrato de Gestão

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CRETEA	4.205.677	3.572.863
HEC	10.467.536	3.496.705
	<u>14.673.213</u>	<u>7.069.568</u>

Refere-se aos valores repassados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e ainda não executados pela Entidade, decorrentes dos Contratos de Gestão firmados entre as partes. Este saldo constitui uma obrigação de execução futura e não incorpora o resultado da Entidade.

18. Outras contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trevo Empreendimentos e Participações (a)	1.873.000	1.873.000
Créditos a identificar de convênios (b)	9.654	50.992
Estoque consignado	299.500	-
Seguro de veículos a pagar	-	553
	<u>2.182.154</u>	<u>1.924.545</u>

- (a) Refere-se ao valor da última parcela a pagar, decorrente da aquisição de terreno, para futura ampliação da Unidade da SOKIDS, cujo pagamento está condicionado ao registro da escritura em cartório de imóveis.
- (b) Os créditos a identificar são referentes a valores recebidos em contas bancárias, oriundos da Saúde Suplementar, que se encontravam pendentes de identificação até a data de fechamento do exercício contábil.

19. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, encontram-se em andamento 111 processos judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária tendo como réu a Entidade sendo que 69 processos foram avaliados pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda provável e 42 como de perda possível, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Provável		Possível		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Trabalhistas	60	2.527.510	20	801.761	80	3.329.271
Cíveis	9	6.303.729	22	1.888.320	31	8.192.048
	<u>69</u>	<u>8.831.239</u>	<u>42</u>	<u>2.690.081</u>	<u>111</u>	<u>11.521.319</u>

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pela administração com base nas informações prestadas pelos assessores jurídicos. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

Os registros contábeis e as operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de taxas e contribuições sociais, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

Demonstramos abaixo movimentação da provisão das contingências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos em 1º de janeiro	3.596.547	2.311.375
(+) Provisões	5.402.527	2.906.988
(-) Reversões	-	(1.641.415)
(-) Acordos	(167.835)	19.599
Saldos em 31 de dezembro	<u>8.831.239</u>	<u>3.596.547</u>

20. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 24.494.803.

b) Superávit do exercício

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Unidades Próprias		
HMG	3.572.907	3.705.228
SOKIDS	682.992	1.530.887
	<u>4.255.899</u>	<u>5.236.115</u>

21. Receitas operacionais

As receitas operacionais correspondem àquelas oriundas da atividade principal da Entidade, referente aos serviços de saúde prestados à sociedade, sendo estas classificadas em próprias, quando se referem aos contratos com a SESAB - Secretaria Estadual de Saúde, SMS - Secretaria Municipal de Saúde, e com diversos Planos de Saúde no caso da SOKIDS, e em Contratos de Gestão, quando se referem a gestão administrativa e operacional de Unidades de Saúde Públicas.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas Próprias		
HMG	74.770.489	69.395.460
SOKIDS	3.304.291	7.216.617
	<u>78.074.780</u>	<u>76.612.077</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contrato Gestão		
HEC	101.265.744	94.573.752
CRETEA	3.646.672	3.646.672
	<u>104.912.416</u>	<u>98.220.424</u>
Reversão resultado contrato gestão		
HEC	(6.363.556)	1.191.819
CRETEA	(632.813)	(1.221.457)
	<u>(6.996.369)</u>	<u>(29.638)</u>
	<u><u>175.990.827</u></u>	<u><u>174.802.863</u></u>

Os resultados do Contrato de Gestão são revertidos ao final de cada período para o grupo de obrigações a executar no passivo ou direitos a recuperar no ativo. Deste modo, o resultado de cada exercício dos contratos de gestão será sempre nulo, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da execução com os valores repassados.

22. Custo dos serviços prestados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Unidades Próprias		
HMG	(65.558.361)	(61.218.071)
SOKIDS	(2.682.731)	(4.025.823)
	<u>(68.241.092)</u>	<u>(65.243.894)</u>
Contrato Gestão		
HEC	(91.895.355)	(84.337.474)
CRETEA	(1.455.167)	(1.509.943)
	<u>(93.350.522)</u>	<u>(85.847.417)</u>
	<u><u>(161.591.614)</u></u>	<u><u>(151.091.311)</u></u>

23. Receitas (despesas) operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Unidades Próprias		
HMG	(13.329.961)	(9.824.356)
SOKIDS	(1.690.310)	(1.553.063)
	<u>(15.020.271)</u>	<u>(11.377.419)</u>
Contrato Gestão		
HEC	(5.741.586)	(12.215.293)
CRETEA	(1.228.674)	(968.810)
	<u>(6.970.260)</u>	<u>(13.184.103)</u>
	<u><u>(21.014.230)</u></u>	<u><u>(24.561.522)</u></u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

(a) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Outras Receitas		
Execução de convênios (a)	4.667.642	652.655
Reversão de PECLD (b)	1.202.161	-
Cursos e treinamentos	392.488	698.746
Ressarcimento de despesas	117.980	223.055
Reversão de Provisão	222.784	-
Serviços voluntários (Nota Explicativa nº 25)	454.115	484.710
	7.057.170	2.059.166
Outras Despesas		
Provisões para perdas de créditos	-	(2.303.813)
Provisões para contingências (c)	(5.402.527)	(1.776.460)
Serviços voluntários (Nota Explicativa nº 25)	(454.115)	(484.710)
Outras	(71.012)	(80.714)
	(5.927.654)	(4.645.697)
	1.129.516	(2.586.531)

- (a) Em 2020 foram recebidos recursos através do Convênio 092020 com a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador no valor total de R\$5.247.487, com a finalidade de operacionalizar leitos na Unidade para atendimento aos pacientes do COVID-19. Os valores foram apropriados ao resultado conforme execução do Convênio;
- (b) Em 2020 foi revertida parte da provisão de PECLD constituída em 2019 devido ao recebimento dos títulos;
- (c) Refere-se, substancialmente, à provisão de passivos cíveis classificados como prováveis, relacionados às ações de cobrança de serviços não adimplidos.

24. Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras	2020	2019
Unidades Próprias		
HMG	338.714	339.645
SOKIDS	45.207	83.223
	383.921	422.868
Contrato Gestão		
HEC	685.533	565.007
CRETEA	34.205	57.564
	719.738	622.571
	1.103.659	1.045.439
Despesas financeiras		
Unidades Próprias		
HMG	(2.046.145)	(2.124.956)
SOKIDS	(150.814)	(221.506)
	(2.196.959)	(2.346.462)
Contrato Gestão		
HEC	(80.088)	(142.950)
CRETEA	(2.645)	(4.027)
	(82.733)	(146.977)
	(2.279.691)	(2.493.439)

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

(a) Resultado financeiro por natureza

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	810.929	992.506
Descontos financeiros	281.202	43.621
Juros sobre depósitos	11.528	9.312
	1.103.659	1.045.439
Despesas financeiras		
Juros empréstimos	(2.007.232)	(2.119.429)
Despesas bancárias	(147.851)	(146.157)
Juros diversos	(2.043)	(135.227)
Outros	(122.565)	(92.626)
	(2.279.691)	(2.493.439)
	(1.176.032)	(1.448.000)

25. Mensuração do trabalho voluntário

Os serviços de voluntariado são prestados pela sociedade civil, de forma não remunerada, essenciais para apoio a operação da Entidade. Os voluntários colaboram com o bazar, organizam stands e ações, arrecadam doações e viabilizam a execução dos maiores eventos e campanhas que a Entidade realiza no seu calendário anual, como o Mc Dia Feliz e a Corrida Colorida. Assim, legitimam a importância e o papel da Entidade na comunidade.

São considerados também como serviços voluntários as horas disponibilizadas por membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, e Diretoria Estatutária.

Os registros dos montantes foram contabilizados nas rubricas de serviço voluntário (receita e despesa), no grupo de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, e não altera o superávit do exercício. O parâmetro utilizado para valorar às horas trabalhadas dos voluntários é o salário-mínimo e para membros dos Conselhos e Diretoria Estatutária é o valor de mercado.

	2020	2019
Serviços voluntários		
Sociedade Civil (a)	24.060	155.910
Conselheiros e Diretores	430.055	328.800
	484.710	484.710

(a) Devido a pandemia os serviços voluntários da Sociedade Civil foram reduzidos.

26. Renúncia Fiscal

Representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da imunidade a que fazem jus as entidades filantrópicas.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, centavos omitidos)

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o faturamento da Entidade bem como o valor da sua folha de pagamento a empregados, registrados pelo regime de competência, os valores da renúncia fiscal usufruída somam um total de R\$ 37.223.431 (Em 2019 - R\$ 35.394.545), conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição do tributo</u>	<u>Base do tributo</u>	<u>Alíquota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
COFINS s/ faturamento	Receita	3,00%	5.279.725	5.244.086
ISS s/ faturamento	Receita	2,00%	3.519.817	3.496.056
PIS s/ faturamento	Receita	0,65%	1.143.940	1.136.219
IRPJ s/ lucro	Receita	1,20%	2.111.890	2.097.634
CSLL s/ lucro	Receita	1,08%	1.900.701	1.887.871
PIS s/ folha	Remuneração folha	1,00%	788.693	720.639
INSS s/ folha (cota patronal)	Remuneração folha	28,88%	22.488.665	20.812.040
			<u>37.223.431</u>	<u>35.394.545</u>

27. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados, considerando-se a taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos compatíveis.